

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ECONOMIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Aurim Leidson Batista Barbosa¹

Nicole Gusmão Guimarães²

aluno.aurim.barbosa@doctum.edu.br

nicolegusmaoguimares@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado por um novo vírus que se espalhou na população mundial e se estende até a presente data no ano de 2022. O vírus provoca a doença chamada de corona-vírus (COVID-19). O novo agente do corona-vírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019. Deste então a vida em sociedade foi impactada de forma substancial, atingindo os mais variados setores, como é o caso do setor econômico. Assim, é de suma importância fazer uma análise acerca das mudanças acarretadas na economia brasileira no período pós-pandemia, com fulcro no estado de Minas Gerais, que é o que a população mineira está vivenciando atualmente.

O vírus do COVID-19 chegou de forma inesperada e extrapolou qualquer tipo de planejamento e previsões, seja de órgãos públicos, empresas privadas ou grandes organizações. Como todos foram pegos de surpresa, muitos comerciantes tiveram que fechar suas portas no auge da pandemia e a maioria da população passou pelo fenômeno “fique e casa”, a fim de conter o vírus. O isolamento social (lockdown) foi o método empregado mundialmente para tanto e impôs restrições de atividades que envolvam qualquer tipo de contato direto desprotegido de EPI's, culminando na paralisação das atividades econômicas e de grande parte do setor produtivo do país.

Nesse cenário, o período de crise trouxe diversas consequências para além da saúde, em especial aos pequenos negócios e conseqüentemente aos cofres públicos. Assim, o presente trabalho busca demonstrar os impactos causados pela pandemia de COVID-19 na economia pública com foco no estado de Minas Gerais.

Para uma análise da situação financeira de Minas Gerais frente ao cenário pandêmico, avaliou-se os indicadores como o PIB, a inflação, o desemprego e quais

foram as medidas tomadas pelo governo para conter o desequilíbrio econômico. Após isso, buscou-se apresentar soluções para conter esses impactos mediante ações governamentais, tais como: diminuir o risco para as instituições bancárias e garantir maior facilidade no acesso ao crédito, implementação de programas emergenciais, criação de medidas que estimulem os pequenos empresários, dentre outras questões.

2 ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO

2.1 Conceitos básicos

A Organização Mundial da Saúde (2020) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

Pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (OMS, 2020).

São inúmeros e grandes os problemas decorrentes por esta pandemia, tanto emocionais, quanto físicos e econômicos. Nesse sentido, busca-se apresentar conceitos básicos no âmbito econômico, a fim de apresentar intervenções para conter uma catástrofe ainda maior ao final do trabalho.

De acordo com Carlos Magno Mendes et al. (2015, p. 158), em relação ao conceito de economia:

A palavra “economia” vem dos termos gregos oikós (casa) e nomos (norma, lei). Pode ser compreendida como “administração da casa”, algo bastante comum na vida das pessoas. Portanto, é interessante essa aproximação do mundo da casa com o mundo da economia. Em outras palavras, podemos dizer que a Economia estuda a maneira de administrar os recursos disponíveis com o objetivo de produzir bens e serviços, e de distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade (MENDES, 2015).

Assim, nota-se que a economia estuda como a sociedade administra os seus recursos financeiros. Todavia, quando os mercados não alcançam eficiência econômica e equidade na distribuição de renda, o governo deve intervir (MENDES, 2015).

Nesse aspecto, passa-se a analisar o conceito de economia pública:

A Economia do Setor Público estuda o governo e a forma como suas políticas afetam a economia. Em um sentido mais amplo, investiga desde a teoria pura da tributação às explicações da escola da escolha pública para o comportamento da burocracia (COSTA, 2010).

Dessa forma, a Economia Pública explica o funcionamento do sistema econômico e as relações com a sociedade, englobando todos os seus agentes econômicos (Estado, consumidores, empresas). O governo, nesse aspecto, busca regular o funcionamento econômico para equilibrar o bem-estar social, mantendo uma estabilidade econômica (ENAP, 2017).

Para aferir a situação econômica do país, utiliza-se o Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma, em valores, de todos os bens e serviços produzidos em uma região, em determinado tempo. Isso implica dizer que o PIB é completamente afetado caso aconteça situações como a pandemia devido ao COVID-19 (ENAP, 2017).

Ademais, um outro indicador econômico amplamente utilizado é a taxa de desemprego, estabelecida pelo IBGE como uma taxa de desocupação percentual relativamente às pessoas economicamente ativas (PEA). Por esse viés, as pessoas desocupadas englobam a parte população que se encontra exterior ao mercado de trabalho e a PEA são aquelas que estão em suas funções produtivas de renda (LOURENÇO E ROMERO, 2002).

2.2 Impactos da pandemia no estado de Minas Gerais

As medidas tomadas pelo Governador do Estado em todas as esferas atingidas pela pandemia estão contidas no plano Minas Consciente, que foi fundamentado nas pesquisas estudais e no monitoramento do cenário sanitário do

Estado visando estruturar juntamente com as entidades empresariais, um recurso para reabertura das atividades econômicas.

De acordo com o plano Minas Consciente:

O momento para o surgimento da COVID-19 não poderia ser pior, tanto para o Brasil quanto para Minas Gerais, que vinham se recuperando lentamente do resultado econômico dos anos anteriores, fazendo importantes agendas de ajuste fiscal e reequilíbrio das contas públicas, além de uma retomada no processo de geração de emprego e de investimentos. No caso do impacto fiscal, estima-se que em Minas Gerais o déficit gire em torno de R\$ 21,0 bilhões, um aumento em cerca de R\$ 7,5 bilhões causado pela paralisação das atividades econômicas. Tal situação coloca em xeque o próprio funcionamento do sistema de saúde mineiro, assim como a manutenção da ordem pública e outros deveres constitucionais que são obrigações do Estado e, também, dos municípios.

Conforme o SEBRAE (2020), 89% dos pequenos negócios foram afetados devido à instabilidade econômica, acarretando na redução do faturamento e do lucros, bem como no aumento de dívidas. Ainda segundo o SEBRAE, a implicação negativa da pandemia resultou num efeito negativo de faturamento em diversos setores como:

- Comércio Varejista: 69%
- Moda: 77%
- Alimentos e Bebidas: 66%
- Construção Civil: 62%
- Beleza: 76%
- Logística e Transporte: 70%
- Oficinas e Peças Automotivas: 69%
- Saúde: 64%
- Educação: 71%
- Turismo: 87%
- Artesanato: 70%
- Indústrias de Base Tecnológica: 62%
- Pet Shop e Serviços Veterinários: 51%
- Economia Criativa: 80%

Ademais, podem ser explanados outras consequências que foram observadas durante uma pesquisa: sete em cada 10 empreendimentos de micro e pequeno portes de Minas Gerais estão se mantendo em atividade, mesmo que de forma parcial; dentre os empreendimentos que estão parados, 72% estão com as atividades temporariamente suspensas em função de decreto governamental; 44% dos empreendedores afirmaram estar aptos a realizar suas atividades de forma

remota, mesmo que parcialmente; 18% alegou não contar com sistema tecnológico adequado para atender os clientes remotamente (SEBRAE, 2020).

Visto isso, pode-se afirmar que para o estado de Minas Gerais, cuja situação inicial não é economicamente favorável para suportar um cenário pandêmico, as consequências do COVID-19 para a economia culminam em desemprego e muitas vezes em cessão de micro e pequenos negócios além da necessidade de adaptação do mercado de forma a obter receita sem infringir as medidas sanitárias.

3 METODOLOGIA

Optou-se por uma metodologia de levantamento bibliográfico, com fins descritivos, a qual realizou uma revisão observando-se as publicações disponíveis no Google Acadêmico e SciElo com data posterior ao ano de 2019. Utilizou-se descritores referentes ao tema abordado neste resumo expandido como: “COVID-19”, “impactos da pandemia”, “Minas Gerais”, “economia pública”. Outra estratégia que transcorreu para o desenvolvimento da pesquisa foi estender a busca a sites e dados governamentais do Brasil e do estado de Minas Gerais.

4 RESULTADOS ENCONTRADOS

As consequências do cenário de pandemia para o Brasil consistem, em resumo, em uma renda média dos brasileiros fechando em queda de cerca de 10%, alta de preços, vagaroso progresso das atividades econômicas com panoramas de baixas expectativas em relação ao mercado (CNN, 2022).

Já sob o contexto mineiro, assim como o Plano de Contingência, deve haver uma proposta estadual de foco financeiro, direcionada aos gestores regionais para com o setor empresarial. Tal projeto deve visar o incentivo fiscal, a diminuição da quantidade de demissões e programas de adaptação dos negócios quanto ao novo cenário de mercado mais voltado ao atendimento online e delivery.

A desigualdade de renda e consequente de poder de consumo que foi evidenciada pelo cenário pós-pandêmico demonstra que o sistema financeiro de acúmulo de capital não mais cabe o contexto brasileiro-mineiro. Surge então como

alternativa o modelo econômico que foi implementado na Holanda dentro do mesmo contexto, o qual fundamenta-se na prosperidade alinhada ao atendimento de necessidades destituído do esgotamento de recursos (Estado de Minas, 2020).

A proposta de novo modelo econômico prevê a substituição da curva de crescimento do PIB por dois círculos concêntricos e por isso recebeu nome de modelo “donut”. A analogia ao doce se faz a medida que seus limites internos e externos assemelham-se aos limites das atividades ligadas ao cidadão-consumidor que devem se conter dentro do espaço comum, o qual encontrará prosperidade e satisfação à suas demandas (Estado de Minas, 2020).

Neste modelo, as necessidades constituem como acesso aos recursos básicos de vida como água potável, alimentação, saúde, moradia, educação além da equidade, justiça e voz política. Dito isso, qualquer cidadão que não tenha tais demandas fundamentais atendidas, se encontrará interno à massa (Estado de Minas, 2020).

As intervenções econômicas aqui instituídas influenciarão positivamente a economia do Estado de Minas Gerais, mas se tratando de propostas voltadas para as ações internas deste Estado, é preciso ressaltar os dados financeiros do mesmo.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado- SEDE (2022):

Em 2021, 74.185 empresas foram constituídas em Minas Gerais, expansão de 32,37% em relação aos negócios abertos em 2020, quando o número foi de 56.040. Em relação às extinções, os dados da Jucemg indicam que houve aumento de 4,8% do número de empreendimentos que fecharam as portas. No ano passado, 43.442 encerraram as atividades, contra 41.436 em 2020. Além disso, 561 atos obsoletos foram revogados de 2019 a 2021, sendo 234 atos somente em 2021, o que mostra o esforço para fazer Minas Gerais avançar e atrair investimentos. Os dados são da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg).

Ao se comparar as informações econômicas do início do cenário de pandemia com os dados citados pós Covid-19 pode-se concluir que a atual gestão do Estado favorece medidas de incentivo ao meio empreendedor com ações de incentivo fiscal como a desobrigação do alvará para empresas definidas como baixo risco.

Além disso, a atual gestão alcançou o marco de 190 municípios aderidos ao projeto estratégico Minas Livre Para Crescer. Tal programa institui regulamentações para resguardar à livre iniciativa e comércio de forma a moldar o Estado e prepara-lo

para recepcionar novos empreendimentos e incentivar a expansão dos negócios já existentes (DESENVOLVIMENTO, 2022).

De acordo com a SEDE (2022):

A marca histórica de R\$ 191 bilhões em atração de investimentos nos últimos 36 meses de gestão é outra demonstração da eficiência das políticas de desenvolvimento econômico do Estado. Deste montante, R\$ 86 bilhões já são realidade com empresas operando no estado. Com a chegada dos investimentos, Minas terá a criação de aproximadamente 100 mil empregos diretos. Ao todo, nos últimos três anos, foram 281 projetos em 118 municípios.

Em conformidade com o a SEDE, a Agência de Minas (2022) dispôs dados acerca do PIB mineiro:

Minas Gerais fechou o ano de 2021 com o Produto Interno Bruto (PIB) com expansão de 5,1% no comparativo com 2020, resultado superior ao brasileiro, que teve crescimento de 4,6% no mesmo período. Os principais setores responsáveis pelo aumento do PIB foram Indústria e Serviços. Os dados foram divulgados, nesta quarta-feira (16/3), pela Fundação João Pinheiro (FJP), responsável pelo cálculo oficial da soma dos bens e serviços produzidos no estado. O desempenho do PIB de 2021 demonstrou forte recuperação em relação ao ano anterior, especialmente levando-se em conta a pandemia de covid-19, que impactou a atividade produtiva estadual. Em 2020, a queda do PIB foi de 3,9%. Já a estimativa preliminar do PIB do estado para 2021 totalizou R\$ 805,5 bilhões. Do valor total, 61,6% são atribuídos aos serviços; 30,1%, à indústria; e 8,3%, à agropecuária (SEDE, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os indicadores como a instalação de novos empreendimentos no Estado e o PIB estimado para 2022, o cenário de recuperação econômica de Minas Gerais encontra-se positivo e em crescimento. Pode-se concluir a eficácia das políticas de isenção fiscal por parte da atual gestão, que por sua vez segue em caminhos prósperos.

É sugerido uma avaliação econômica mais aprofundada quanto aos setores mais promissores dentro da esfera produtiva de Minas Gerais para uma ampliação das medidas de isenção.

Os setores de transformação receberam destaque quanto a recuperação, seguida pela indústria de veículos e metalurgia. Além da recuperação, os departamentos de mineração e engenharia civil obtiveram resultados favoráveis de crescimento.

Dessa forma, o direcionamento de incentivos fiscais não somente quanto à instalação de novos empreendimentos desse ramo juntamente com concessões quanto à logística de transporte e acesso às commodities envolvidas podem ser imprescindíveis não somente para a recuperação como também para maior desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

CNN. Inflação alta e crescimento baixo. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/podcast-e-tem-mais-inflacao-alta-e-crescimento-baixo-criam-desafios-para-geracao-de-emprego-e-renda/#:~:text=Infla%C3%A7%C3%A3o%20alta%20e%20crescimento%20baixo%20criam%20desafios%20para%20gera%C3%A7%C3%A3o%20de%20emprego%20e%20renda,-Neste%20epis%C3%B3dio%20do&text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no,o%20mesmo%20per%C3%ADodo%20de%202021>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

COSTA, Carlos. Notas de Economia do Setor Público – Introdução. Fundação Getúlio Vargas EPGE/FGV. 2012. Disponível em: <https://epge.fgv.br/we/Graduacao/FinancasPublicas/2010?action=AttachFile&do=get&target=Inrodu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

DESENVOLVIMENTO. Abertura de empresas em Minas supera. 2022.

Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/application/noticias/noticia/1831/abertura-de-emprezas-em-minas-supera-32%25-em-2021>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3237/1/M%C3%B3dulo%20-%20Curso%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Estudo%20da%20Economia%20do%20Setor%20P%C3%ABlico%20%28final%29.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

ESTADO DE MINAS. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/colunistas/paolacarvalho/2020/04/18/interna_paola_carvalho,1139801/. Acesso em 28 de novembro de 2022.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. Indicadores econômicos. FAE Business School. Economia Empresarial. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, p. 27-41, 2002.

MENDES, Carlos Magno [et al.]. Economia (introdução) – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2015. 158p.

MINAS CONSCIENTE. Governo de Minas Gerais. 2022. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Depressão: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br> > . Acesso em 28 de novembro de 2022.

SEBRAE. Covid-19 e o impacto nos pequenos negócios de Minas Gerais. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/sebraeaz/covid-19-e-o-impacto-economico-nos-pequenos-negocios-de-minas-gerais,12e807cd60e71710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

SEBRAE. Impacto econômico nos pequenos negócios de Minas Gerais. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/sebraeaz/covid-19-e-o-impacto-economico-nos-pequenos-negocios-de-minas-gerais,12e807cd60e71710VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

o-economico-nos-pequenos-negocios-de-minas-gerais,12e807cd60e71710VgnVC
M1000004c00210aRCRD. Acesso em 28 de novembro de 2022.

SEDE. Minas cresce em 2021. 2022. Disponível em: Minas cresce em 2021.
<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/pib-de-minas-cresce-5-1-em-2021-e-e-estimado-em-r-805-5-bilhoes>. Acesso em 28 de novembro de 2022.